CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

P A R E C E R N° 463/71

Aprovado em 25/10/71

A fiscalização de estabelecimento de ensino superior estadual em São Paulo é da competência do Conselho Estadual de Educação, a vista do disposto no artigo 17 do Decreto, lei n° 464, de 1969.

PROCESSO CEE N° 391/71

INTERESSADO - FCE DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

ASSUNTO - Comunicação de escola municipal de ensino superior da designação de inspetor pelo Ministério da Educação e Cultura.

CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU

RELATOR - Conselheiro Pe. ALDEMAR MOREIRA

Na realidade, o processo contem assuntos disparatados: uma comunicação, uma consulta sobre provimento de vaga no corpo docente e pedido de informação sobre situação funcional de docentes. Para deslindá-los, recorri aos bons ofícios de nossa assessoria técnica (D. Bassa) que nos prestou excelente auxilio.

1. A comunicação refere-se a nomeação e posse (fls. 2) do Prof. Kaiser Eggert para exercer as funções de inspetor da Escola, digo Faculdade de Ciências Económicas de São João da Boa Vista.

Anteriormente esta por observação do ilustre membro desta Câmara Cons. Walter Borzani, estranhou-se "a indicação de um Inspetor para uma Escola Municipal e sujeita, portanto, ao âmbito deste Conselho" (fls. 2). O despacho do então Presidente do CEE, Cons. Paulo Gomes Romeo, estabelece que se oficio à Escola sobre o assunto (fls. 2 verso), de acordo aliás com a legislação regente pela qual cabe a este CEE a fiscalização (despacho do Presidente Paulo Romeo - fls. 2 no verso). Cabe pois à Escola informar que ato do Poder Competente designou ou nomeou o inspetor Kaiser Eggel, o número e a data de publicação em jornal oficial e qual seu fundamento.

2. Por afastamento e desistência de Professor de Faculdade e falecimento de dois Professores, consulta o Sr. Diretor a respeito do provimento das vagas. (fls. 9). A resposta já se contem na circular n° 2/70, em que as vagas existentes terão de ser preenchidas por aprovação deste CEE para os candidatos indicados pela Faculdade. Estranho, porém, que a Faculdade ignorasse o procedimento, necessitando de consulta para ato sobejamente divulgado por este CEE

3. Pede-se ainda esclarecimento sobre a situação funcional dos docentes. Para este esclarecimento parece-me necessário dar a conhecer a Faculdade que todos os componentes do corpo docente devem ter parecer favorável do CEE, a fim de serem inseridos nas categorias do Magistério Superior, (vide Circular 2/70 - Câmara de Ensino Superior).

Sala das Sessões da Câmara do Ensino do Terceiro Grau,
em 27 de setembro de 1971.

(a) Conselheiro PAULO GOMES ROMEO - Presidente
Conselheiro Pe. ALDEMAR MOREIRA - Relator
Conselheiro LUIZ CANTANHEDE FILHO
Conselheiro LAERTE RAMOS DE CARVALHO
Conselheira AMÉLIA A. D. DE CASTRO
Conselheiro MOACYR E. VAZ GUIMARÃES
Conselheiro OSWALDO A. B. DE MELLO
Conselheiro WLADEMIR PEREIRA